

ARTIGO

FRONTEIRAS MÚLTIPLAS E PARADOXAIS

Resumo

O artigo apresenta uma perspectiva de estudos sobre fronteiras nacionais que busca pensar o caráter heterogêneo e paradoxal de diversas realidades fronteiriças. Discute especialmente a multiplicidade de abordagens situacionais das fronteiras e os paradoxos e as ambivalências que se apresentam nos variados contextos fronteiriços.

Abstract

The article presents an overview of studies on national borders seeking think the heterogeneous and paradoxical realities of diverse borders. Discusses especially the multiplicity of approaches situational borders and the paradoxes and ambivalences that arise in several boundaries.

*Professor de Sociologia no curso de graduação e no mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Membro do observatório da Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai).

Introdução

A fronteira é difícil de ser pensada como um conceito que delimita uma zona de significados claramente demarcada. Geralmente indica mais uma situação ou uma posição diante de algo. A origem etimológica do termo (*front*, frente a) expressa o sentido de expansão e movimento, enfrentamentos posicionados em um determinado espaço e diante de um adversário. Frente é justamente a linha que combate dois exércitos (TOLOSANA, 1997). A fronteira expressa expansão e defesa, abertura para o exterior e fechamento interno que protege contra os ataques externos. Esse duplo movimento indica uma polaridade básica e constituinte das diversas realidades fronteiriças. Claro que esse duplo aspecto genérico se efetiva de maneira diversa nos contextos históricos singulares e nas diferentes situações fronteiriças do mundo contemporâneo.

Podemos inicialmente imaginar diversos termos e expressões populares que acompanham essa discussão sobre os limites simbólicos do espaço social: a) *confins*, *extrema*, *extremidade*, *periferia*, *margem*, *espaço vazio*, *terra de ninguém*, *terra sem lei*, *fim do mundo*, *cafundó* etc.; b) *divisa*, *limite*, *barreira*, *cerca*, *muro*, *bloqueio*, *controle*; c) *liminar*, *híbrido*, *travessia*, *passagem*, *inversão*, *transgressão*, *zona cinzenta*; d) *limiar*, *umbral*, *horizonte*, *eldorado*.

Essas palavras e expressões comunicam alguns significados importantes sobre a polissemia das fronteiras, tais como a ideia de abandono e localização periférica, regiões violentas, “sem fé, sem rei e sem lei”, isto é, onde o Estado não consegue exercer o monopólio do uso legítimo da violência (WEBER, 1993). Mas também, inversamente, as fronteiras podem ser vistas e sentidas como espaços de controle e fiscalização excessivos, barreiras militares e fiscalização do território, das mercadorias e das pessoas. As fronteiras podem ser ainda zonas privilegiadas de misturas culturais, de identificações sociais múltiplas, de identificações e alteridades situacionais. Por último, elas podem ser imaginadas como o lugar da utopia, um horizonte de possibilidades e de construção de projetos, experiências e novos significados sociais. São espaços abertos para o novo, o inusitado, desconhecido, o mistério e a criatividade das invenções.

Essas imagens das fronteiras, especialmente das nacionais, muitas vezes estão profundamente misturadas nos diversos discursos e reportagens que ouvimos ou

vemos cotidianamente. Frequentemente em um só discurso pode aparecer a ideia de abandono, lugar violento e sem lei, sem identidade definida, sendo necessário uma urgente intervenção estatal para controlar as drogas, o contrabando e a violência fronteiriça. Várias das reportagens televisivas, inclusive as séries especiais sobre as fronteiras do Brasil nos últimos anos, costumam narrar as fronteiras como terras de ninguém e espaços que necessitam de controle militar e de fiscalização efetiva¹.

Essas distintas e paradoxais narrativas sobre as fronteiras não devem ser pensadas a partir das polaridades valorativas entre o falso e o verdadeiro ou o certo e o errado. O que gostaria de acentuar são os efeitos simbólicos da generalização da parte pelo todo que geralmente são produzidos por meio dessas fronteiras narradas e imaginadas nos discursos políticos, militares e jornalísticos e nas imagens televisivas sobre as fronteiras nacionais.

Para além desses discursos e imagens generalizantes, gostaria de refletir aqui sobre alguns aspectos que considero mais gerais e marcantes das fronteiras nacionais. Essas características foram pensadas a partir de leituras de pesquisas realizadas nas fronteiras nacionais europeias, entre o México e os Estados Unidos e no Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai). Minha própria experiência específica de pesquisa na região da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, particularmente tendo como referência os imigrantes brasileiros e seus descendentes que vivem no Paraguai, iluminam essas considerações teóricas e metodológicas. Acredito que alguns desses aspectos podem ser observados em outras situações de fronteiras nacionais entre o Brasil e os países vizinhos. Essas inquietações visam somente estabelecer novos diálogos com os pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que têm realizado seus trabalhos de campo em outras situações de fronteiras e têm observado fenômenos similares e diferentes em seus contextos específicos de pesquisa.

Fronteiras múltiplas

As fronteiras nacionais condensam e expressam espaços e tempos diversos. Elas simbolizam, por um lado, o tempo inscrito no espaço (FOUCHER, 2002), por outro, os espaços inscritos no tempo de curta ou longa duração. São processos e configurações sociais que muitas vezes atravessam séculos de definições e redefinições. De fato, pensar em fronteiras nacionais é refletir sobre processos de fronteirização, olhar para o passado e historicizar os processos contemporâneos (GRIMSON, 2003;

1 A série de reportagens especiais do Jornal Nacional (Rede Globo) que foi ao ar em 2011, denominada Fronteiras, a série de 2008 do mesmo Jornal, Fronteiras da Amazônia, e a série do Jornal da Noite, TV bandeirantes, Frágeis fronteiras, também sobre a Amazônia e exibida em 2008, enfatizam a centralidade desse discurso das fronteiras nacionais como terra sem lei e como porta de entrada para quase tudo de ruim que acontece no interior da sociedade brasileira.

LOIS; CAROU, 2011). Todas as fronteiras nacionais guardam suas históricas centrais, definidas nos conflitos bélicos e nos acordos diplomáticos, mas também suas múltiplas histórias e memórias locais, narrativas daqueles que viveram e construíram as fronteiras sociais marcadas e atravessadas pelos limites jurídicos e políticos dos Estados nacionais.

Na tradição dos estudos de fronteiras, os termos ingleses *frontier* e *border* indicam processos econômicos e políticos distintos e matrizes diferentes de reflexão teórica. A palavra *frontier* se refere às frentes de expansão econômica e demográficas e/ou frentes pioneiras que se estabelecem nas áreas de colonização e de conquista do território nacional, expressando fundamentalmente a ideia de fronteira em movimento. Essa tradição clássica dos estudos de fronteiras remete ao trabalho do historiador norte americano Frederick Turner, *O significado da fronteira na história americana (1893)*, sobre a Marcha para o Oeste nos Estados Unidos (TURNER, 2004) e o seu lugar no processo de americanização e democratização daquele país.

Essa matriz histórica dos estudos de fronteira teve muita influência nos demais países da América, especialmente a partir da segunda guerra mundial (WEGNER, 2000). No Brasil, as pesquisas e interpretações ensaísticas sobre os bandeirantes e a expansão do território no período colonial feitas por intelectuais paulistas como Sérgio Buarque de Holanda e Cassiano Ricardo nos anos 1940 e 1950 se inspiraram, direta ou indiretamente, na tese da fronteira de Frederick Turner (HOLANDA, 1994; Ricardo, 1970). Especialmente nos anos 1960 e 1970, importantes estudos críticos sobre as frentes de expansão mais recentes na Amazônia (OLIVEIRA, 1972; Velho, 1976) foram realizados. Trata-se de uma nova abordagem que deslocava o olhar do pioneiro e de seus valores de aventura, civilização, progresso para uma visão e posição daqueles que enfrentam e são geralmente derrotados por estas frentes pioneiras. Essas pesquisas se posicionaram a partir dos setores marginalizados (camponeses, indígenas, posseiros) dessas frentes de expansão e das diversas situações conflituosas. As frentes de expansão redefinem a ocupação do território nacional e se efetivam por meio de múltiplos conflitos sociais e diferentes temporalidades dos diversos agentes econômicos e sociais que se encontram em confrontos nessas disputas de territórios (MARTINS, 1997).

Já o sentido de *border* remete fundamentalmente ao estudo dos limites políticos e jurídicos entre os Estados nacionais e se filia especialmente a geografia política no continente europeu no início do século XX. Os Estados europeus não tinham expressivas áreas livres ou “espaços vazios” de ocupação das forças sociais que simbolizavam o progresso e a civilização, como no caso americano. Esses países

se constituíram historicamente por meio de múltiplas guerras que foram definindo com precisão os seus limites políticos. Em um campo de forças entre vários pequenos Estados e de políticas imperialistas de algumas potências europeias, a questão da fronteira como limite político e jurídico se apresentava como principal problema político e teórico (ANCEL, 1938). Essas inquietações práticas e teóricas estavam particularmente presentes nos estudiosos mais diretamente envolvidos com as questões práticas desses Estados: os geógrafos políticos, os geopolíticos, os advogados, os militares e diplomatas (MARTIN, 1994).

As pesquisas sobre as fronteiras do Brasil remetem a essa dupla tradição de pensamento. Pensar historicamente os vários contextos das atuais configurações das fronteiras nacionais brasileiras é refletir sobre as frentes de expansão anteriores, seja a denominada marcha para o Oeste em direção ao sul do Brasil e ao Paraguai, ou as frentes de expansão dos chamados ciclos da borracha na Amazônia, da mineração, entre outras. Mas também os atuais processos econômicos de ocupação do agronegócio em várias partes do Brasil e dos países vizinhos, os deslocamentos das frentes extrativas de mineração no território brasileiro e nas nações limítrofes e da fronteira energética das hidrelétricas, comandada pelo Estado, que estão atualmente sendo instaladas em várias áreas do território brasileiro. As áreas dos limites internacionais entre o Brasil e os países vizinhos estão atravessadas por frentes de expansão históricas e contemporâneas. A pesquisa histórica se torna imprescindível para perceber essas dinâmicas de fronteiras, mesmo nos contextos bem delimitados de pesquisa empírica sobre temas contemporâneos.

Os estudos de fronteiras até os anos de 1960 estavam fortemente marcados por estas tradições históricas, geográficas e diplomáticas. Os estudos antropológicos sobre as fronteiras sociais e simbólicas dos grupos étnicos na Europa e na América Latina a partir dos anos 1960 vieram lançar novas luzes e novos horizontes de leitura dos fenômenos específicos que ocorriam nas fronteiras étnicas e internacionais. As fronteiras passaram então a ser compreendidas como zonas de contatos que produzem identificações contrastivas por meio de fricções interétnicas e fortalecimentos políticos simbólicos das diferenças entre “nós” e “eles” (BARTH, 1998; Oliveira, 1972). Desde então, a noção de fronteiras amplia seus significados e se desloca dos territórios de expansão econômica e dos limites políticos para os mais distintos espaços de interação entre grupos sociais (entre índios e brancos, afrodescendentes, imigrantes, refugiados etc.).

A segunda metade do século XX experimentou, especialmente a partir dos anos 1970, uma extraordinária expansão dos estudos de fronteiras a partir de perspectivas transdisciplinares, especialmente por meio dos estudos feministas, culturais e pós-

-coloniais (ALBUQUERQUE, 2010b). Esses estudos apontam para a importância de pensar as relações de poder, as ambiguidades, as liminaridades e hibridismos nas diversas situações de fronteiras. A fronteira necessariamente se pluraliza e passa a ser vista a partir da intersecção de múltiplos marcadores de diferenças sociais (classe, etnia, gênero, geração, nação) (ANZALDÚA, 2007; VILA, 2003)

A partir desses novos aportes teóricos, a fronteira política, tão singularizada e naturalizada em nossa linguagem cotidiana, passa a ser vista como extremamente plural, diversa, ou seja, cada fronteira política é atravessada por múltiplas fronteiras sociais e simbólicas entre os grupos sociais que ocupam esses territórios fronteiriços. Assim, uma perspectiva que leve em conta a dinâmica e a pluralidade das fronteiras nacionais, necessita explorar bem pelo menos três aspectos correlatos.

Primeiro, a pluralidade das perspectivas a partir dos diferentes posicionamentos nacionais, ou seja, olhares cruzados para os vários lados das fronteiras. Atualmente, na região da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina, Paraguai), pesquisadores de cada país tendem ainda a estudar fenômenos situados “do lado de cá” da fronteira. Embora já existam trabalhos significativos que buscam apreender a fronteira desde diferentes perspectivas, considero extremamente importante a ampliação de pesquisas de campo dos pesquisadores brasileiros tanto do lado brasileiro, como dos países vizinhos e de fenômenos de trânsitos de pessoas e mercadorias de um lado e outro do limite político. Olhar para os vários lados da fronteira é estar permanentemente atento para as múltiplas relações de poder que se comunicam por meio das valorizações e desvalorizações das línguas, moedas, formas de identificação coletiva, estigmas e projeções em relação ao “outro”. Jogos de espelhos e balanças de poder que simbolizam os processos de autoimagem e imagem do outro que se tecem em uma rede de interdependência de relações sociais nos contextos das fronteiras nacionais (ELIAS, 1994).

Um segundo aspecto diz respeito à pluralidade de esferas sociais que compreendem os estudos das fronteiras nacionais. As fronteiras são ao mesmo tempo econômicas, políticas, sociais, culturais e simbólicas. As separações que comumente fazemos entre fronteiras políticas (estatais), fronteiras econômicas (frentes de expansão) e fronteiras culturais e simbólicas (grupos étnicos e sociais) precisam ser problematizadas. As fronteiras políticas e jurídicas são também econômicas e simbólicas. As frentes de expansão congregam múltiplas fronteiras sociais, simbólicas, espaciais e temporais. As fronteiras étnicas são também políticas e econômicas. O Estado não tem o monopólio do político para nomearmos somente as fronteiras estatais como políticas. As fronteiras talvez possam ser pensadas como “fatos sociais

totais” (MAUSS, 1974), ou seja, pensar simultaneamente as diferentes dimensões sociais (econômica, política, jurídica, cultural, simbólica) existentes em uma fronteira específica e as relações entre as experiências individuais e sociais dos moradores e transeuntes das localidades fronteiriças. Entretanto, sabemos a dificuldade da realização de uma pesquisa que tente apreender com o mesmo grau de profundidade essas diferentes dimensões sociais.

A partir de uma outra perspectiva teórica, um recurso heurístico também possível é pensar as fronteiras como conceitos típicos ideais. Sabemos que essas fronteiras econômicas, políticas e culturais não estão separadas na realidade social, mas podem ser pensadas e separadas teoricamente (WEBER, 2001). O que o pesquisador termina fazendo é enfatizando em sua pesquisa uma determinada dimensão dessas fronteiras (política, econômica ou social), conforme o recorte empírico, os valores em questão, as matrizes teóricas e as divisões disciplinares que orientam as pesquisas. O que considero relevante é não transformar as abordagens específicas sobre determinadas fronteiras definidas como econômicas ou políticas em um realismo ingênuo como se realmente existissem fronteiras unicamente econômicas, políticas ou culturais.

Por último, a pluralidade de atores sociais existentes nas zonas de fronteiras. Nesse sentido, há diversas fronteiras sociais que podem ser problematizadas em um estudo de fronteiras nacionais. O que considero importante é estar aberto para os diversos marcadores de diferença (classe, etnia, gênero, geração, nação) e perceber as perspectivas distintas desses sujeitos posicionados na intersecção de diferentes fronteiras sociais (VILA, 2003). As fronteiras e as identificações étnicas, regionais, migratórias, de gênero e geracionais atravessam as fronteiras nacionais e não podem ser ocultadas em nome de referentes exclusivos de identificação nacional contrastiva. Como, por exemplo, podemos pensar as intersecções desses marcadores de diferenças em um estudo específico sobre as jovens descendentes de imigrantes brasileiros de origem alemã que vivem no Paraguai e que seus pais ascenderam socialmente no país vizinho e que atualmente cursam universidade do lado brasileiro. Ou então das mulheres e homens Ticuna que vivem do lado peruano, têm os parentes no Brasil, e conseguem os documentos de identidade do lado brasileiro para ter acesso ao cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) e ao benefício do bolsa família em Tabatinga e Benjamin Constant, Amazonas. Esses e outros indígenas que vivenciam o limite político imaginam e usam de diversas maneiras as fronteiras nacionais entre os Estados, as redes de parentesco e as fronteiras étnicas (GARCÉS, 2012).

As dinâmicas e pluralidades das fronteiras podem ser aprendidas por meio de múltiplos trabalhos empíricos individuais e de equipes interdisciplinares e interna-

cionais. Essa pluralidade exige diferentes olhares capazes de pensar distintas escalas de observação desses fenômenos fronteiriços (GODINHO, 2007) e de problematizar os limites e as travessias das fronteiras no campo do próprio conhecimento.

Fronteiras paradoxais

A fronteira geralmente se constitui como um fenômeno paradoxal. A partir da lógica e das formas de classificação do próprio Estado pode ser vista aparentemente como uma realidade transparente, não ambígua, demarcadora das diferenças entre o interno e o externo, lugar de controle de pessoas e mercadorias. Desde uma perspectiva que inclua os diversos agentes sociais que fazem a fronteira, esses espaços políticos, sociais e simbólicos se constituem como lugares de ambivalências, contradições sociais e de difícil classificação social.

Os Estados estabelecem diversas forças militares, jurídicas, fiscais nos territórios fronteiriços, portos e aeroportos. Os postos de fiscalização e controle, as alfândegas, as barreiras militares fixas e móveis são instaladas especialmente nos lugares de maior fluxo de pessoas e mercadorias, tais como estradas principais, pontes internacionais e pontos estratégicos nos portos e aeroportos. Assim se estabelecem os procedimentos de cobranças de impostos sobre circulação de mercadorias, importantes geradores de receita para o próprio funcionamento da máquina administrativa e militar do Estado. Mas o Estado moderno durante todo o seu desenvolvimento histórico nunca conseguiu fiscalizar e controlar tudo que passa em suas fronteiras terrestres, aéreas e marítimas.

A fiscalização das limites e as astúcias e táticas dos agentes sociais para burlar essa fiscalização são fenômenos constituintes das fronteiras nacionais. Desta forma, o contrabando (ir contra o bando, o mandato ou o edito de cobrança de tributo) é um fenômeno estruturante das fronteiras nacionais, assim como a instituição permanente de formas de controle. Na história das fronteiras nacionais o que tem variado são os tipos de mercadorias contrabandeadas (produtos agropecuários, máquinas, roupas, eletrônicos etc.), as formas e dimensões do contrabando (formiga, pequena escala ou de grande escala) e a questão do contrabando de produtos lícitos e ilícitos. Os tipos de controle e passagens legais e clandestinas de mercadorias e pessoas se diferenciam no tempo e no espaço nas diversas situações de fronteiras. Há fronteiras que são mais controladas e outras que são mais permeáveis e essa relação entre controle e travessia também são profundamente diferentes para pessoas pertencentes a diferentes classes sociais. A fronteira cruzada por um executivo de

uma empresa transnacional não é a mesma que passa um “imigrante ilegal” pobre (BALIBAR, 2005). Cruzar a fronteira entre os Estados Unidos e o México não é a mesma coisa que cruzar entre o México e os Estados Unidos.

Desta forma, o controle da fiscalização estatal sempre gera formas alternativas e clandestinas de passagens, fugas, (des)caminhos de mercadorias pelos vários agentes sociais do contrabando. As descobertas e intensificação dos controles fronteiriços não eliminam o contrabando, pois geralmente produzem formas mais inteligentes e astuciosas de passagens secretas das mercadorias. Além disso, o Estado não é um bloco monolítico e isento dessas ambiguidades constituintes. O Estado é uma instituição política formada por indivíduos com os mais variados interesses e inserções sociais e os fiscais das alfândegas muitas vezes estabelecem cumplicidades visíveis e invisíveis com os diversos agentes do contrabando. O Estado pode produzir formas mais inteligentes e efetivas de controle dos mercados lícitos e ilícitos nas fronteiras nacionais, mas não consegue eliminar o contrabando.

O contrabando só deixa de existir quando se desfazem as próprias fronteiras estatais de controle e aquilo que antes era visto como produto contrabandeado perde sua razão de ser, como no caso do fim das barreiras de controle na fronteira luso-espanhola depois que os dois países ingressaram na União Europeia. Mesmo assim, o contrabando ainda pode surgir de outra forma, agora como política pública do próprio Estado e como mercados regulados de turismo rural, como são o caso dos museus do contrabando e das trilhas turísticas das passagens difíceis e secretas por onde passavam as mercadorias contrabandeadas (GODINHO, 2009; SILVA, 2009). Uma espécie de dupla face de Jano, o que antes era clandestino, obscuro e invisível diante da visível fronteira da fiscalização, agora se torna a face visível da memória social dos velhos moradores da raia luso-espanhola e das políticas do turismo rural que exploram e vendem ao turista as aventuras e perigos dos “tempos do contrabando”.

O Estado moderno estabeleceu vínculos profundos com a nação. Chamamos de Estado-nação ou Estado nacional, marcando claramente esse tipo de vínculo racional e afetivo entre esses dois fenômenos coletivos que se articulam como comunidade imaginada, soberana e limitada (ANDERSON, 2008). As zonas de fronteiras nacionais são lugares privilegiados para pensarmos as ambiguidades, paradoxos e disjunções entre identidades e alteridades nacionais, entre o Estado e a nação. Por um lado, as áreas de fronteiras são espaços de intensificação das identificações nacionais e de sentimentos nacionalistas (BAUER, 2000). O contato cotidiano com o outro reforça os sentimentos nacionais e demarcam fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”. Nesses processos e relações sociais com o outro lado da fronteira,

as identificações nacionais sobrepõem às diversas formas de pertencimentos locais e regionais. Assim, escutamos em Foz do Iguaçu, de uma maneira bastante naturalizada, vários referentes nacionais na linguagem cotidiana: brasileiros, paraguaios, argentinos, restaurantes argentinos, “a comida brasileira é melhor que a paraguaia”, a sopa paraguaia, a empanada argentina etc. As expressões regionais ou locais, tais como paranaense, missioneiro, alto paranaense, iguaçuense, entre outros, aparecem mais nas situações específicas e internas a esses países e a essas cidades.

Por outro lado, as fronteiras são geralmente lugares de contatos e trocas culturais, de intensificação de trocas linguísticas, musicais, culinárias e outros modos de expressão da vida fronteiriça. Também são lugares de identificações locais, tais como os raianos na fronteira luso-espanhola, os fronteiriços em muitas situações das fronteiras brasileiras, os *brasiguaios* entre o Brasil e o Paraguai, entre outros. Nos contextos de políticas de integração regional e fronteiriça, os discursos e ações políticas nessas localidades também reforçam a ideia de população, cultura ou sociedade fronteiriça semelhante entre dois ou três países. Os próprios preconceitos em relação ao “outro” lado podem ser bastante relativizados (VALCUENDE, 1998). Muitas vezes esses moradores, ainda que formulem piadas, expressões e narrativas que reforçam os estigmas em relação aos moradores do país vizinho, eles têm amigos e parentes do outro lado do limite político e estes não se encaixam nas classificações generalizadoras. Assim os preconceitos nas zonas de fronteiras tendem a ser ao mesmo tempo rígidos e flexíveis e apresentam muitas situações ambíguas, jocosas e desconcertantes.

Esse sentido de especificidade local em relação a outras regiões de cada país pode ser traduzida por meio da noção de uma zona flexível de trocas culturais e simbólicas. Assim os moradores fronteiriços podem usar de expressões da língua do outro, gostar mais de música brasileira do que argentina vivendo na província de Misiones (Argentina) ou os paraguaios de Ciudad del Este assistir mais as novelas brasileiras que os programas televisivos paraguaios. Há uma espécie de permissão fronteiriça justificada nos discursos locais por meio de várias expressões: “Bueno, somos fronteiriços, falamos assim misturado”, “na fronteira é assim mesmo”, “aqui não tem fronteiras, misturamos tudo” etc. Entretanto, desde uma perspectiva dos discursos nacionalistas do centro de poder, essas influências e trocas culturais costumam ser vistas como desnacionalizantes, perda da identidade e soberania nacionais e clamam por medidas e programas específicos de nacionalização das fronteiras, especialmente por meio da escola.

As culturas costumam ser mais híbridas do que os discursos de identificação (GRIMSON, 2006). Embora haja trocas e influências culturais consideráveis nessas zonas fronteiriças, as identificações nacionais e os discursos sobre “legitimidade” e “pureza” nacional estão presentes, especialmente em regiões de disputas de recursos econômicos, políticos e simbólicos, como no caso específico dos imigrantes brasileiros no Paraguai e as lutas camponesas na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. Nos discursos camponeses mais radicais e contrários a presença migratória brasileira no Paraguai, há a acusação de que os brasileiros e seus descendentes que vivem em seu país, mesmo que se considerem paraguaios, não são vistos como “legítimos” e “puros”. A justificativa é que os *brasiguaios* (como são geralmente conhecidos esses imigrantes e seus descendentes) não descendem daqueles que lutaram nas guerras em defesa do território da pátria e nem falam guarani, língua vista como expressão máxima da identidade nacional.

A presença brasileira no Paraguai, o mais expressivo fenômeno migratório brasileiro nas fronteiras do Brasil com os países vizinhos, também é relevante para pensarmos as ambiguidades e disjunções entre nação, Estado e território nesses contextos fronteiriços. Os Estados modernos foram pensados, pelo menos nos discursos dos defensores do princípio de nacionalidade, a partir da ideia de uma nação, um Estado, um povo, um território (HOBSBAWN, 1987). Entretanto, sabemos que este princípio pouco se efetivou nas experiências reais dos Estados nacionais, mesmo naqueles países mais homogêneos. Os amplos processos migratórios contemporâneos e as especificidades das zonas de fronteiras internacionais se constituem como fenômenos relevantes para problematizar a própria ideia de Estado-nação.

Os imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai, especialmente aqueles que estão legalizados e votam na esfera local no país vizinho, vivem uma complexa relação entre os dois países. Moram em um território administrado pelo Estado paraguaio, as novas gerações frequentam a escola paraguaia e os jovens chegam a servir o exército. Mas se sentem pertencentes à nação brasileira, assistem às programações televisivas do Brasil todos os dias, escutam predominantemente a música brasileira, falam português em casa e também nas ruas nas cidades de forte presença brasileira. Os adultos continuam votando no Brasil, tendo documentos brasileiros e às vezes colocando seus filhos para estudarem em faculdades brasileiras. Os filhos e netos de imigrantes se identificam como brasileiros quando estão no Brasil ou nas conversas diárias com outros brasileiros, mas também se apresentam como paraguaios na comunicação direta com outros paraguaios e nos momentos específicos de intensi-

ficção dos conflitos de terra no país vizinho. Mais do que uma identidade híbrida, *brasiguaião* é um termo de negociação simbólica, de enunciação situacional em um espaço simbólico de luta política pela classificação legítima (BOURDIEU, 1998). As noções de hibridismo e integração não explicam a complexa e heterogênea realidade política, social e cultural dos *brasiguaios*.

A palavra integração se tornou um termo autoevidente e de valoração positiva. A concepção norteadora é que a integração é boa e que o conflito é ruim e deve ser superado. O termo integração congrega distintos sentidos e está permanentemente em disputa. A sensação que temos é que os mais diferentes agentes sociais falam em nome da integração. Alguns indivíduos e grupos ligados ao grande mercado de exportação podem entender integração como fundamentalmente a possibilidade de ampliação das vendas para os países vizinhos, outros podem ver a integração como isenções de impostos e tarifas de compras e vendas comuns entre os países membros. Alguns grupos mais progressistas pensam em ideais de integração latino-americana e sonham em uma grande pátria latino-americana sem fronteiras internas. Já setores associados aos movimentos sociais e culturais podem entender a integração como uma aproximação, cooperação e trocas culturais e de experiências sociais entre países que historicamente estiveram afastados. Muitos falam de integração pensando em significados distintos e muitos desses projetos de integração estão em disputa. A integração do grande capital e dos grandes projetos de infraestrutura dos Estados nacionais se choca, às vezes, com as integrações fronteiriças já existentes (VALCUENDE, 2009) e com os projetos de uma integração social e cultural alicerçada nos movimentos sociais e culturais.

Integração e conflito são processos simultâneos que podem ser lidos desde uma perspectiva de estudos que não reproduza os discursos políticos da integração e nem veja o fenômeno fronteiriço somente a partir de uma polaridade valorativa entre a positividade da integração e a negatividade do conflito (ALBUQUERQUE, 2010b). Como pensar os conflitos e as diferenças culturais e políticas como parte constituinte dos processos de integração? As experiências cotidianas demonstram que os programas e projetos de integração podem gerar paradoxalmente novos conflitos e distanciamentos sociais, como no caso das novas gerações na fronteira luso-espanhola que pouco conhecem o outro lado da fronteira depois do "fim da fronteira política". Já as gerações anteriores, inclusive por causa do contrabando, tinham muita mais aproximação e cumplicidade com as pessoas da cidade pertencente ao país vizinho. As buscas de resolução de conflitos e de diminuição de separações e distâncias sociais e culturais podem, por sua vez, gerar novos processos de integração. Observar

a integração fronteiriça é perceber os movimentos e processos dinâmicos de fronteirização, desfronteirização e refronteirização. (LOIS; CAROU, 2011).

De uma maneira geral, ao acentuar os paradoxos das fronteiras, o que gostaria de enfatizar são as complexas relações estatais, nacionais e sociais que se apresentam nessas áreas de fronteiras internacionais. As fronteiras são situações, posições e relatos diversos que atravessam as experiências de vida tanto dos agentes do Estado e dos mercados, mas também das populações fronteiriças que vivem e circulam entre fronteiras estatais, nacionais e sociais.

Considerações finais

A fronteira não é um cenário dado, naturalizado. É um palco construído por muitos atores e autores. A tradição dos estudos fronteiriços tem produzido vários conceitos e tipologias sobre as fronteiras nacionais. Às vezes as definições de fronteiras, limites, linhas, zonas e faixas de fronteiras estão bastante próximas das classificações do próprio Estado e podem ser vistas como um pensamento de Estado (BOURDIEU, 1996). As diversas tipologias de fronteiras possibilitam a sistematização teórica de várias realidades fronteiriças, tais como as diferenças entre fronteiras naturais e artificiais, abertas e fechadas, fronteiras políticas e sociais, físicas e simbólicas etc. Os conceitos claros e as tipologias bem delimitadas das realidades fronteiriças são geralmente produto de um pensamento analítico, que busca afastar os paradoxos e ambivalências das situações fronteiriças. Muitas dessas tipologias também reforçam dicotomias e polaridades que empobrecem a heterogênea e plural realidade das fronteiras nacionais.

Entretanto, as fronteiras são também realidades metafóricas que podem ser pensadas a partir das próprias simbologias das propagandas e das narrativas populares que encontramos em nossas pesquisas de campo (*Templo do Consumo: Casa China, Visite o Paraguai, compre na Monalisa, a beleza da garganta do diabo nas Cataratas de Iguazu e as imagens de inferno associadas ao terrorismo, narcotráfico e contrabando na região da Tríplice Fronteira*).² Essas fronteiras metafóricas podem também ser imaginadas por meio da

2 No próprio aeroporto de Foz do Iguaçu, no momento de retirada das bagagens, visualizamos (2011-2012) dois cartazes imensos de um lado e outro dessa sala de desembarque. De um lado, a imagem da Monalisa, de Leonardo Da Vinci, seguida da frase: Visite o Paraguai, compre na Monalisa, uma importante loja de variados produtos em Ciudad del Este. Os outdoors da Monalisa nas proximidades de Foz do Iguaçu servem como um referente simbólico para o país vizinho em tempos de consumo. Do outro lado, O templo do Consumo, a Casa China, anuncia a força da presença dos imigrantes e das mercadorias chinesas nessa região de fronteiras. Uma obra de arte renascentista e um templo religioso budista são convertidos em símbolos da propaganda de consumo no Paraguai. Além desse turismo de compras, Foz do Iguaçu é também conhecida por suas belezas naturais, pelas Cataratas de Iguaçu situadas na fronteira entre o Brasil

mobilização de imagens produzidas em outros contextos de reflexão teórica, tais como as representações da ponte, porta, balança, pêndulo, caleidoscópio, espelho do próspero e labirinto da solidão.³ As metáforas não podem ser vistas somente como um recurso didático de tradução por similitudes de uma realidade complexa por meio de imagens mais simples e concretas. Uma substituição de palavras ou desvio de significados entre o literal e o metafórico. Na perspectiva de um pensamento analógico, a metáfora indica produção e transbordamento de sentidos que permite construir novos horizontes de significação no âmbito da palavra, da frase e do discurso (Ricoeur, 2000).

A riqueza da produção de novos significados de fronteiras por meio das metáforas pode produzir novos paradoxos. A proliferação de novos sentidos ocasiona uma espécie de inflação do uso do termo para as mais variadas situações sociais. No limite tudo é fronteira. Mas se o conceito alcança a amplitude de explicar tudo, ele já não explica nada. A expansão dos significados das fronteiras atinge paradoxalmente os seus limites heurísticos e precisamos então recuperar velhos conceitos e imaginar novas noções que possam traduzir em palavras essas complexas relações de identidades e alteridades que movimentam os territórios entre os Estados nacionais.

Pesquisar as fronteiras é estar atento a todos esses paradoxos e desenvolver um pensamento fronteiro entre línguas, práticas sociais, entre lugares e formas de pensar (Mignolo, 2000). Refletir e compartilhar formas de compreensão do mundo capazes de questionar tanto a tradição nacional presente em vários conceitos das Ciências Sociais (nação, Estado, sociedade e cultura nacionais) (Neiburg, 1999), como também as concepções mais contemporâneas que apontam para os movimentos de desterritorialização, fluxos, circuitos globais e hibridismos culturais (Hannerz, 1997). Pensar entre fronteiras nacionais é refletir, ao mesmo tempo, sobre territórios, soberanias e habitus nacionais, mas também sobre globalização e transnacionalismo a partir de lugares específicos de enunciação discursiva e de suas teias de relações de poder e saber.

e a Argentina. A principal queda d'água é justamente chamada de garganta do diabo, uma beleza paradisíaca que talvez traduza nessa nomeação as ambiguidades do sagrado (divino e diabólico) e as ambivalências dessas fronteiras nacionais específicas que podem ser associadas tanto ao paraíso do turismo internacional como o inferno do narcotráfico, tráfico de pessoas, armas e drogas.

3 Referências diretas ao ensaio de Georg Simmel (2001), ponte e porta, e aos livros *O Espelho do Próspero*, de Richard Morse (1988), e *Labirintos da Solidão*, de Octávio Paz (1984). Pensamos então as metáforas de fronteiras a partir de diferentes dimensões de determinação cultural, histórica e teórica. Desde a ideia da metafísica do concreto presente no brilhante ensaio de Simmel, às formas específicas de um pensamento latino-americano no *Espelho do Próspero e Labirintos da Solidão*, até as imagens concretas apreendidas no trabalho de campo.

Nesses interstícios e entre lugares das experiências sociais e de pensamento, a fronteira também é o lugar do inusitado, do novo, do desconhecido e da criatividade. O limiar de novas práticas sociais e artísticas e de outras formas de pensar em “nossa pátria”. Inspirado em Guimarães Rosa, no conto *A terceira margem do rio*, é importante mergulhar nas “artes que ainda não vadiamos” e propor novas “pescarias e caçadas” metodológicas e teóricas, vindo por aí os fenômenos sociais “se estendendo grande, fundo, largo de não se poder ver a forma da outra beira” e o pesquisador inserido “nessa água que não pára, rio abaixo, rio afora, rio adentro – o rio” (Guimarães Rosa, 1978, p.77, 94).

Recebido em setembro de 2012; aprovado em dezembro de 2012.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010a.

_____. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. *Cadernos do CRH*, Salvador, Bahia. Vol. 23, n. 60, p. 579-590, dez de 2010b.

ANCEL, Jacques . *Géographie des frontières*. Paris, Gallimard. 1938.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/ La frontera: The new Mestiza*. 3 ed. San Francisco, USA: Aunt Lute Books, 2007.

BALIBAR, Etienne. *Violencias, identidades y civilidad*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2005.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 185-208, 2000.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe;STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

_____. *Razões Práticas: a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FOUCHER, Michel. *Obsessão por fronteiras*. São Paulo: Radical livros, 2009.

GARCÉS, Claudia López. Contatos interétnicos em regiões de fronteiras: a visão dos Ticuna e dos Galipi do Oiapoque. In: BAINES, Stephen g. (org.). *Variações interétnicas: etnicidade, conflitos e transformações*. Brasília: Ibama, UnB-Ceppac-IEB, p. 22-45, 2012.

GODINHO, Paula. Antropologia e questões de escala: os lugares no mundo. *Arquivos da Memória: Antropologia, escala e memória*, 2, p. 66-83, 2007.

_____. “Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista”. O concelho de Chaves e a comarca de Verin, entre velhos cotidianos e novas modalidades emblematizantes., In: FREIRE, Dulce et al (coord.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola: práticas, memórias e patrimônios*. Lisboa: Nelson de Matos, p. 29-56, 2009.

GRIMSOM, Alejandro. La nación en sus límites. Contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____. Cultures are more Hybrid than Identifications. A Dialogue on Borders from the southern Cone”, *Journal of Latino Studies*, 4, p. 96-119, 2006.

GUIMARÃES ROSA, João. A Terceira margem do rio. In: *Primeiras estórias*. 11ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Revista Mana, Estudos de Antropologia Social*, Vol. 3, n.1, p.7-39, abril de 1997.

HOBBSBAWN, Eric. Nação e nacionalismo desde 1870. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LOIS, María; CAROU, Heriberto C. “Desfronteirización y refronteirización en la Península Ibérica”. *Geopolítica (s)*. *Revista sobre estudios de espacio e poder*, 2, n. 1, p.11-22, 2011.

MARTIN, André Roberto. *Fronteira e nações*. São Paulo: 2ªed, Contexto, 1994.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva – forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas. In. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.

MIGNOLO, Walter.. *Histórias locais/diseños globales: colonialidad, saberes subalternos y pensamiento fronteirizo*. Buenos Aires: Akal, 2000.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: Cultura e Idéias nas Américas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

NEIBURG, Federico. O naciocentrismo das Ciências Sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social. NEIBURG, Federico et al (orgs.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira, 1972.

PAZ, Octávio. *O labirinto da solidão e post-scriptum*. 2 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1970.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

SILVA, Luís. A patrimonialização e a turistificação do contrabando. In: FREIRE, Dulce et al. (orgs.). *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimônios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2009.

SIMMEL, Georg. *Puente y puerta*. In: *El Individuo y la Libertad*, Barcelona, Península, 2001.

TOLOSANA, Carmelo Lisón. *Antropologia de la frontera* In: *Las máscaras de la identidad: claves antropológicas*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

TURNER, Frederick. O significado da fronteira na história americana. KNAUSS, Paulo. Oeste americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: UFF, 2004

VALCUENDE, José M. Fronteras, territorios e identificaciones colectivas. Sevilla: Fundación Blas Infante, 1998.

_____. (coord.). História e memórias das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia. São Paulo: EDUC, 2009.

VELHO, Otavio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo: Difel, 1976.

VILA, Pablo. Crossing borders, reinforcing borders: social categories, metaphors and narrative identities on the US-México frontier. United States of América: University of Texas Press, 2003.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____. Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2001.

WEGNER, Robert. A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

